

“O ESPAÇO RURAL” COMO CONSTITUTIVO DE UMA FORMAÇÃO IMAGINÁRIA DE CAIPIRA NA OBRA DA LINGUISTA ADA RODRIGUES

Isabela Brossi dos Santos*

UFSM

Maria Iraci Sousa Costa**

UFSM

***Resumo:** Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa que temos desenvolvido junto ao projeto nuclear “A produção de sentidos a partir da relação língua, sujeito e história na circulação do conhecimento linguístico”. Ele, escrito a quatro mãos, busca compreender a importância da exterioridade na constituição do sujeito e da língua, tomando como ponto de partida para nossa reflexão a obra “O Dialeto Caipira”, de Amadeu Amaral (1920), e “O Dialeto Caipira da Região de Piracicaba”, de Ada Rodrigues (1974). A nossa proposta inscreve-se na perspectiva da História das Ideias Linguísticas, na sua articulação com a Análise de Discurso, tal como vem sendo desenvolvida no Brasil.*

***Abstract:** This article presents partial results of the research that we have developed together with the nuclear project “A produção de sentidos a partir da relação língua, sujeito e história na circulação do conhecimento linguístico” (The production of meanings from the language, subject and history relationship in the circulation of the linguistic knowledge). It, written in four hands, seeks to understand the importance of exteriority in the constitution of the subject and the language, taking as a starting point for our reflection the work “O Dialeto Caipira” (The Caipira Dialect) by Amadeu Amaral (1920) and “O Dialeto Caipira da Região de Piracicaba” (The Caipira Dialect from Piracicaba Region), of Ada Rodrigues (1974). Our proposal is inscribed in the perspective of the História das Ideias Linguísticas (History of Linguistic Ideas), in its articulation with Discourse Analysis, as it has been developed in Brazil.*

1. Em preliminar:

Compreender a historicidade da língua e como o conhecimento sobre ela se inscreve na história implica a necessidade de olharmos para um *horizonte de retrospectção* (AUROUX, 2008). Em nosso país, oriundo de um processo de colonização, temos e tivemos relações conturbadas, enquanto sujeito brasileiro, com nossa identificação à língua do/no Brasil. Desse modo, as contribuições de estudiosos e pesquisadores acerca dessa temática nos auxiliam a compreender a constituição da(s) língua(s) no/do Brasil, bem como seu processo de produção do conhecimento sobre ela. Cabe ressaltar ainda que a noção de horizonte de retrospectção é muito cara aos pesquisadores que se ocupam da História das Ideias Linguísticas (doravante HIL), pois “a existência dos horizontes de retrospectção atesta que o conhecimento tem necessariamente relação com o tempo: *não há conhecimento instantâneo [...]*”. E da mesma forma: “é necessário tempo para saber” (AUROUX, 2008, p. 141, destaque do autor). Para nós, a produção do conhecimento sobre a língua se inscreve na história e não há cortes abruptos e saberes descontínuos, ela tem um movimentar-se próprio nas condições de produção do sujeito pesquisador e sua relação com o tempo presente, assim como com o espaço de sua constituição. A importância do trabalho de um pesquisador no campo da HIL justifica-se na medida em que “compromete-se o futuro da pesquisa como ciência se não se organiza a sua historicização...” (AUROUX, 2008, p. 156).

Em relação ao projeto maior ao qual estamos vinculados, que considera a produção do conhecimento sobre a língua no/do Brasil, a nossa pesquisa volta-se para a constituição dos estudos sobre o assim designado dialeto caipira. Portanto, este artigo, busca compreender a importância da exterioridade na constituição do sujeito e da língua, tomando como ponto de partida para nossa reflexão a obra “O Dialeto Caipira”, de Amadeu Amaral (1920), e “O Dialeto Caipira da Região de Piracicaba”, de Ada Rodrigues (1974).

2. Uma questão teórica importante:

Da perspectiva da Análise de Discurso, de onde construímos nosso alicerce teórico e analítico, os conceitos língua-sujeito-ideologia estão imbricados e um não pode ser concebido senão na sua relação constitutiva com o outro, pois somos o que somos a partir do lugar de

onde falamos e nos colocamos como cientistas. Em nosso caso, entendemos que as nossas formulações e os dados estudados não fugirão ao funcionamento da ideologia na relação sujeito e língua. Inclusive, Pêcheux (2014, p. 181, grifos do autor) coloca em cheque a ideia de que existe um discurso da ciência:

isto é, um *discurso do sujeito da ciência*, cuja característica seria a de que esse sujeito está apagado nela, isto é, ‘presente por sua ausência’, exatamente como Deus sobre esta terra no discurso religioso! (PÊCHEUX, 2014, p. 181).

Para o autor, portanto, “não há ‘discurso da ciência’ (nem mesmo, a rigor, ‘discurso de uma ciência’) porque todo discurso é o discurso de um sujeito” (PÊCHEUX, 2014, p. 182). Desse modo, entendemos que a produção de conhecimento (lingüístico ou não) se constitui sob um efeito de objetividade, uma vez que a própria constituição do conhecimento se dá pela inscrição do sujeito no discurso. Ainda que existam outros sentidos em funcionamento, o discurso do cientista – o qual não podemos deixar de considerar como o discurso do sujeito da ciência – produz conhecimento, “testa” métodos empíricos e produz uma rede de significação sobre o sujeito e sobre o objeto em estudo. Para Pêcheux (2014, p. 181), a ciência produz um mito:

mito da ‘neutralidade científica’, da suposta indiferença como respeito às palavras e a intertradutibilidade das questões para além dos confrontos (reduzidos a polêmicas ou a controvérsias) mascara, na verdade o fato de que a objetividade científica é indissociável de uma tomada de posição, para a qual não há jamais equivalência entre várias formulações, e que não espera jamais que a ‘experiência’ sirva para exibir a ‘boa’ problemática (PÊCHEUX, 2014, p. 181).

Sendo assim, não há um discurso em que o sujeito esteja apagado, há sempre uma tomada de posição por condições ideológicas, logo, não existe neutralidade na ciência. A partir dessa perspectiva, entendemos que o posicionamento pela objetividade é um processo constitutivo e necessário da produção do conhecimento, neste caso sobre a língua, na tentativa de apagar as marcas da subjetividade. Esses apagamentos

produzem um efeito de que não se trata de uma abordagem interpretativa, mas de uma apreensão do objeto de conhecimento tal como ele é dado.

Além disso, a noção de dado é bastante questionável do ponto de vista da Análise de Discurso, pois “não existem dados enquanto tal, uma vez que eles resultam já de uma construção, de um gesto teórico” (ORLANDI, 2007, p. 38). Segundo a autora, essa noção passa por uma determinação histórica que deriva do próprio modo como se pratica a atividade científica. Trata-se da importância exemplar como no caso do “Naturalismo, no século XIX, na construção das formas de cientificidade, na observação e classificação de dados, sobretudo na atividade de pesquisa de campo no domínio da linguagem” (ORLANDI, 2007, p. 43). A partir dessa prática científica, “colhem-se os dados da língua como os das plantas e das espécies animais, ou seja, ‘naturalmente’” (ORLANDI, 2007, p. 43). De nossa parte, entendemos que questionar a objetividade do dado é problematizar a interpretação e o lugar do sujeito na produção do conhecimento.

Considerando a forma de designação “sujeito” e que ela nos constitui como analistas de discurso na HIL, embora não haja na obra estudada esta formulação, nomearemos os participantes da pesquisa dessa forma, uma vez que “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (ORLANDI, 2009, p. 46). Compreendemos, pois, que é necessário que haja sujeito para haver sentidos no necessário funcionamento da ideologia; dado que este sujeito é ao mesmo tempo assujeitado e seu dizer inscrito na “sua existência no interior de seu próprio funcionamento” (ORLANDI, 2009, p. 46). Como sabemos, o próprio da ideologia é produzir efeitos de evidências, de modo que se apresente aos olhos do sujeito como o “evidente”, pois a ideologia é a “condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2009, p. 46).

Já no tocante à formação imaginária, sua origem teórica advém de uma cadeia de sentidos interligados que apontam para discursos outros, “não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso” (ORLANDI, 2009, p. 39). No interior desse processo discursivo, um dizer pode ser possível, imaginado, constituído. Logo, se partimos do pressuposto de que o sujeito se constitui na sua relação com outros sujeitos e que seu dizer só significa na sua relação com outros já ditos e esquecidos, é preciso considerar também, no interior desse dizer, as

antecipações que constituem as formações imaginárias (PÊCHEUX, 1990). Trata-se de um efeito que se constitui na tentativa de colocar-se, imaginariamente, no lugar do outro, antecipando o que pode vir a ser dito. Esse efeito de antecipação associado à projeção imaginária de si mesmo e do outro contribui também para a ilusão de que o sujeito controla o sentido do que diz e também a interpretação que o outro deve fazer de seu dizer.

3. Historicizando nosso objeto:

Amadeu Amaral, nascido em Capivari (SP), foi considerado, além de dialetólogo, filólogo e poeta. Suas pesquisas sobre o falar designado por ele como caipira foram desenvolvidas na sua cidade natal e na região ao redor dela, servindo de referência para muitos estudos posteriores. Segundo Mattoso Câmara (1976, p. 48), Amaral foi o primeiro a fazer “uma investigação bem mais ambiciosa sobre o dialeto chamado ‘caipira’”, da mesma forma, também, foi um dos primeiros pesquisadores do Brasil a se dedicar ao estudo do falar de uma região de São Paulo.

As condições de produção em que se inscrevem os estudos de Amaral compreendem o período em que as correntes teóricas e os estudos linguísticos não estavam tão bem definidos em nosso contexto, como na atualidade. Segundo Mattoso Câmara (1976, p. 47), naquela época, os estudos sobre a língua no/do Brasil organizavam-se sobre interesses específicos, como “a história e a filologia do português, o estabelecimento de uma língua padrão para o Brasil, e a dialetologia brasileira”.

Logo, o nosso interesse pelo estudo sobre a língua daquele período, sob o viés da HIL tal como tem sido desenvolvida no Brasil, nos levou a duas importantes obras, cada uma com sua especificidade. E foi o estudo sobre o dialeto caipira, de Amadeu Amaral, que nos levou ao estudo de Ada Rodrigues, e Ada Rodrigues, que, por sua vez, retoma o estudo de Amadeu Amaral.

Ada Natal Rodrigues foi professora de Linguística na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) e professora secundária no Instituto de Educação “Pe. Manuel da Nóbrega”, uma das sócio-fundadoras da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), juntamente com Joaquim Mattoso Câmara Jr., e importante estudiosa para os estudos avançados sobre a

Dialetologia no Brasil. Ela obteve sua graduação em Línguas Neolatinas pela USP, mestrado em Linguística e Teoria Literária, na Universidade de Brasília (UNB) e sua obra “O Dialeto Caipira na Região de Piracicaba” foi inicialmente apresentada como tese para a obtenção do grau de Doutorado pela USP, em 1973, sob orientação de Isaac Nicolau Salum, professor em Filologia e Linguística Românica da Universidade de São Paulo. Além disso, de acordo com Nogueira (1992), constatamos que Rodrigues foi casada com o sociólogo José Albertino Rodrigues, professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), na qual a linguista também lecionou, após sua saída da USP.

A obra referida foi desenvolvida a partir dos cursos de Dialetologia Brasileira do professor Nelson Rossi, coordenador do projeto “Estudos da norma linguística urbana culta” (NURC) e “Atlas Linguístico no Brasil”. O projeto (NURC) deu início no Brasil, em 1968, “aos estudos na área da Sociolinguística, a partir de um amplo corpus constituído em cinco capitais brasileiras - Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre” (UFBA, 2014, p. 6). O objetivo do projeto consistiu, inicialmente, em coletar os falares para obter um *corpora* de estudo.

Nelson Rossi trabalhou em inúmeros projetos a partir do que nomeou de geografia linguística, entre eles estão o Atlas prévio dos falares baianos (1963), o Atlas linguístico de Sergipe (1973) e, também, “a frustrada experiência [...] para um futuro Atlas Prévio dos Falares Goianos” (RODRIGUES, 1974, p. 21) entre 1963 e 1964. Foi, nas palavras de Rodrigues (1974, p. 21), uma tentativa de posteriormente montar e catalogar um Atlas Linguístico no Brasil com falares regionais.

Ressaltamos que no período em que a obra de Ada Rodrigues e o trabalho de Nelson Rossi estão inseridos, segundo Castilho (1962, p. 140) “inaugura-se, dessarte, a fase de estudos mais científicos de linguagem, cessando paulatinamente a improvisação e a ausência de métodos na pesquisa”. Portanto, os estudos sobre a língua falada regional estavam em voga em uma busca imaginária sobre uma língua falada no território nacional, encaminhando-se para uma política de uma possível língua nacional.

Foi a partir dessa política científica que Ada Rodrigues desenvolveu sua pesquisa sobre o falar no interior do estado de São Paulo, mais precisamente, em Piracicaba, em dois bairros distantes do centro da cidade: Artemis e Ibitiruna. Pautando-se na perspectiva gerativa-

transformacional na sua articulação com a Sociolinguística e a Dialetoлогия, a pesquisadora priorizou a análise sintática com as implicações teóricas da Geografia Linguística. As entrevistas, segundo a autora, constituíram-se de 28 informantes dos bairros referidos mais acima, através de coleta com “três tipos de gravação: entrevista, diálogo (entre dois informantes) e inquérito fonético” (RODRIGUES, 1974, p. 32).

A pesquisadora elaborou um roteiro de entrevistas com perguntas que, segundo ela, seriam do interesse dos falantes, como, por exemplo, questões sobre pesca, agricultura, economia, doenças, entre outros. Tal escolha teve como critério o modo de vida da região em bairros rurais, com pessoas falantes consideradas por ela como “classe baixa” (RODRIGUES, 1974, p. 34), no qual a pesquisadora constatou que o “chamado dialeto caipira [...] poderia existir com apreciável vitalidade” (RODRIGUES, 1974, p. 21).

A linguista ancora-se em uma teoria que estava no seu auge à época, o então já designado Gerativismo-Transformacional a partir da leitura da obra de Noam Chomsky, criticando algumas correntes ditas estruturalistas que percorriam os estudos da linguagem até então.

Tal pressuposto teórico, nas palavras de Silva (2009, p. 90), “tão importante quanto estudar a língua é estudar seu produtor, uma vez que sem ele a língua simplesmente não tem uso efetivo”. Cabe ressaltar, ainda segundo Silva (2009), que o sujeito abordado nesse pressuposto é um falante ideal a partir de um modelo de Gramática Universal. Dessa forma, “a gramática gerativa [...] privilegia um modelo de língua estático em que a mudança é vista como uma exceção, como o resultado de uma falha” (VIOTTI, 2013, p. 10).

Ada Rodrigues afirma ainda, de acordo com anos de experiência do professorado em Ensino Médio, que os alunos possuíam uma certa rebeldia em relação à análise sintática, e “isso obrigou a procurar, na linguística atual, os recursos para que a sintaxe pudesse ser compreendida, como base da estrutura e do funcionamento da língua” (RODRIGUES, 1974, p. 35).

Em busca de solucionar a problemática do ensino, enquanto professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, ela iniciou um estudo com os fundamentos da “gramática gerativo-transformacional de Chomsky” (RODRIGUES, 1974, p. 35), que unia dois grupos – os universitários, com o estudo teórico, e os

alunos do Instituto Padre Manuel da Nóbrega, com a prática para “verificar a sua adequação ao ensino da língua” (RODRIGUES, 1974, p. 35). Ainda segundo a autora, a experiência não forneceu nenhum elemento válido para conclusões, mas surtiu enorme interesse para ambos os grupos acima citados.

Outra tentativa foi, segundo Rodrigues (1974), verificar empiricamente em fatos reais de fala, o funcionamento da teoria, nesse caso, na análise de um falar no interior paulista. A própria autora, porém, admite que:

Se a gramática de uma língua deve ser, segundo o autor citado (Chomsky), a descrição da competência intrínseca do **falante-ouvinte ideal**, poder-se-ia logo pensar que **informantes reais**, em que ocorrem muitas vezes lapsos de memórias, embora pertencendo a uma comunidade linguística “de todo homogênea”, **não poderiam ser, de forma alguma, o falante-ouvinte ideal, modelo de uma gramática gerativa** (RODRIGUES, 1974, p. 36, grifos nossos).

Entretanto, ainda que o falante do assim designado dialeto caipira não seja o falante ideal, como nenhum outro falante real poderia ser, Rodrigues (1974, p. 37) acreditava que seria necessário comprovar as hipóteses teóricas na prática e “fazer com que os dados obtidos constituam uma verificação empírica do modelo proposto pela teoria gerativa”. Assim sendo, a utilização da teoria gerativa foi uma forma de considerar a sua relevância tanto no ensino de Língua Portuguesa quanto no estudo de variações dialetais. Portanto, Rodrigues vai além dos estudos dialetológicos de Amaral e Nelson Rossi e ancora-se em estudos da linguagem ainda muito recentes que necessitavam, até então, segundo a própria pesquisadora, de comprovações empíricas sobre o objeto a ser estudado.

Ademais, não podemos deixar de citar a importância da obra de Amadeu Amaral (1920), “O Dialeto Caipira”¹, que Rodrigues tanto consultou “por motivos direta ou indiretamente profissionais” (RODRIGUES, 1974, p. 21), e que para nós é uma forma de retomada da designação dialeto caipira. Vamos levantar aqui dois pontos importantes para o nosso estudo:

1) O primeiro deles, considerando a proposta de Medeiros e Oliveira (2012), é que a obra de Amaral, 54 anos antes, constitui um “discurso fundador”, pois, nas palavras dos autores:

reformula uma memória discursiva, (re)significando-a. A partir dele – que, vale salientar, não se entende como um discurso original nem como um discurso primeiro, mas como um discurso que se articula como origem ao reorganizar significativamente a memória (MEDEIROS; OLIVEIRA, 2012, p. 161).

Para os autores, o dialetólogo nomeia e designa esse falar, “instaurando um desenho sobre um certo falar que, ao mesmo tempo, gera uma memória” (MEDEIROS; OLIVEIRA, 2012, p. 162). Portanto, foi a partir de Amaral que uma configuração do dialeto caipira formou-se, instaurando uma memória do que conhecemos hoje acerca desse dialeto. Conceito que Ada Rodrigues, muitos anos depois, retoma de outra forma, articulada à teoria gerativa.

2) O segundo ponto é que o estudo de Amaral, de acordo com a periodização dos estudos do português no Brasil proposta por Guimarães (2004, p. 28), está inserido no segundo período (meados do século XIX e início do século XX), quando “podemos falar dos estudos do português do Brasil, mesmo que aqui se mantenham posições puristas e de unidade da língua em Portugal e no Brasil”. Para o autor, a obra “O Dialeto Caipira”, de Amadeu Amaral, “é um marco na produção dialetológica” (GUIMARÃES, 2004, p. 31).

Inclusive essa publicação abriu uma linha de estudos sobre a língua no Brasil, a Dialectologia, a qual ganhou espaço com “a técnica mais moderna de pesquisa e exposição [...] chamada geografia linguística, que consiste em levantar mapas da distribuição geográfica de cada traço linguístico dialetal” (CÂMARA Jr., 1968, p. 116). Essa Geografia Linguística consiste na “descrição dos falares por meio de monografias dedicadas a uma dada região” (CÂMARA Jr., 1968, p. 117).

Câmara Jr. ainda aponta que, nos anos 1970, o campo da Dialectologia brasileira necessitava urgentemente de pesquisas fonéticas acuradas com melhores técnicas de trabalho de campo, essencialmente na investigação sincrônica da língua, focando na “distribuição e a classificação tipológica das divergências dialetais” (CÂMARA Jr., 1976, p. 57-58) e na escolha de itens, tendo em vista uma descrição

“fonêmica e morfêmica, estendendo desta forma os interesses puramente etnográficos” (CÂMARA Jr., 1976, p. 58). Na tentativa de produzir com cautela, destacamos a publicação do Atlas preliminar da Bahia, de autoria de Nelson Rossi, denominado como a “primeira realização concreta” (CÂMARA Jr, 1976, p. 57), uma pesquisa importante para a Geografia Linguística e que não ficaria apenas no campo teórico, mas numa busca de mapear todo o país.

Por um lado, a obra de Amaral está vinculada ao marco temporal proposto por Guimarães (2004), já a obra de Rodrigues, por outro lado, estaria no quarto período (anos de 1950 em diante), visto que é nele que “abrem-se novas perspectivas nos estudos da linguagem no Brasil” (GUIMARÃES, 2004, p. 35). Sendo assim, é um período decisivo para os estudos da linguagem no contexto nacional, no qual diversos campos disciplinares de estudo são explorados e disciplinarizados, dentre eles, está a Sociolinguística, na qual Ada Rodrigues também se ancora. Segundo Guimarães (2004, p. 40), “encontramos neste domínio trabalhos que descrevem variantes regionais brasileiras, bem como a especificidade do português do Brasil”.

Estamos traçando aqui um horizonte de retrospectão onde os estudos sobre o dialeto caipira se inscrevem, especialmente os de Amadeu Amaral e os de Ada Rodrigues, buscando compreender como cada um desses estudos se singulariza em meio às condições históricas e ideológicas. Cada um desses estudos inscritos em perspectivas e conjunturas diferentes têm como horizonte de retrospectão recortes diferentes que são determinados pelo olhar do pesquisador e também pela conjuntura na qual se inscrevem, pois como sustenta Aurox (2008, p. 141), “o ato de saber (produção de conhecimento) não é ele mesmo algo sem relação com a temporalidade”.

Dessa forma, na obra “O dialeto caipira na região de Piracicaba”, de Ada Rodrigues (1974), buscamos compreender a constituição de uma Linguística que está posta entre filiações disciplinares da Dialetoologia e da Sociolinguística, sob a égide de uma teoria do gerativismo transformacional, nos anos 1970, em que as divisões disciplinares e científicas da Linguística estavam começando a fixar-se em nosso país. Sabemos que a produção de conhecimento sobre a língua, segundo Scherer (2008, p. 133), “é um trabalho de demarcação de lugar, de lugares, trabalho que envolve um policiamento incessante de fronteiras e uma vigilância epistemológica ímpar de domínios”. Em meio a essa

conjuntura, buscamos compreender a importância do espaço rural para a constituição da identidade e do imaginário do assim designado sujeito caipira.

4. A designação “espaço rural” como elemento constituinte de uma formação imaginária

Para Pagotto (2006, p. 51), a Sociolinguística é um rótulo “disputado por diversas abordagens diferentes” que resultam numa “tensão com a linguística [...] e, como outras abordagens, procura colocar em questão as teses de cunho imanentista do estruturalismo, ou naturalistas, do gerativismo” e, continua o autor, propõe-se a pensar “a relação entre a estrutura linguística e a sociedade de uma maneira bem específica”.

De forma muito resumida, colocamos que as pesquisas em Sociolinguística costumam centrar em duas dimensões, a linguística e a extralinguística. No nível linguístico “é comum isolar fenômenos sociolinguísticos fonéticos, morfológicos, sintáticos, lexicais, semânticos e assim por diante” (PAGOTTO, 2006, p. 53). E assim, como Pagotto (2006) afirma, encontramos nos níveis linguísticos da obra de Ada Rodrigues (1974) a divisão dos capítulos em fenômenos sociolinguísticos da “Morfofossintaxe” (Cap. 2, p. 41) e da “Fonética e Fonologia” (Cap. 3, p. 140).

Já no nível extralinguístico, ainda segundo Pagotto (2006, p. 53), “é comum isolar três planos de correlação para o funcionamento linguístico: o plano espacial, o plano social e o plano contextual”. No plano espacial (que é esse pelo qual nos interessamos e trataremos mais detalhadamente a seguir), Ada Rodrigues escolheu a região periférica da cidade de Piracicaba (SP), onde o dialeto caipira “poderia existir com apreciável vitalidade” (RODRIGUES, 1974, p. 21).

O plano social está ligado ao tipo de sistema econômico dos indivíduos e, no caso em questão, ele está preso ao sistema de plantação rural, nas palavras de Ada Rodrigues, “da parceria: o proprietário paga [...] pela terra roçada e arada. O parceiro deve fazer o plantio, a ‘limpa’, a colheita e o produto são divididos em duas partes iguais” (RODRIGUES, 1974, p. 26). E no plano contextual “predomina a organização familiar do tipo patriarcal, a mulher e os filhos respeitando a autoridade do chefe” (RODRIGUES, 1974, p. 27).

Ainda, para Pagotto (2006, p. 53), “o plano espacial tem a ver com a correlação que fazemos entre as formas linguísticas e o espaço

geográfico, isto é, o que tradicionalmente conhecemos como dialetos”. Esses critérios teórico-analíticos, amparados pela perspectiva da Sociolinguística, foram determinantes para entendermos a constituição de uma formação imaginária sobre o sujeito caipira e o seu falar. Além dos critérios linguísticos, consideramos também elementos que são exteriores à língua e ao sujeito, mas que os determinam e os constituem enquanto tal. Para nós, são os critérios empregados por Ada Rodrigues que irão identificar e constituir imaginariamente quem seria o sujeito caipira para a pesquisadora. Outros três recortes, que apresentaremos logo em seguida, reforçam a formação imaginária de caipira a partir da constituição do espaço rural. É importante informar que os recortes apresentados nesta parte estão localizados na seção *Introdução* (p. 21-40) da referida obra.

Como explicitamos anteriormente, a Sociolinguística, segundo Pagotto (2006), compreende elementos de ordem linguística e extralinguística, e é no interior do extralinguístico que se situam outros planos, o social, o espacial e o contextual. Para nossa análise, interessamos o plano espacial, ainda que existam outros dois, porque será ele que irá auxiliar na constituição do “espaço rural” no estudo em questão. Assim, trataremos acerca desse funcionamento da designação “espaço rural” como elemento constituinte de uma certa formação imaginária e que será determinante para a nossa análise.

Para chegarmos ao assim chamado “espaço rural” (local de moradia dos participantes da pesquisa), precisamos conhecer também quem são os sujeitos que habitam esse espaço e suas respectivas designações. Em nosso primeiro recorte, a autora discorre acerca dos critérios teórico-analíticos para a escolha do que ela chama de “informantes”:

R1 – “A escolha dos informantes obedeceu a certas normas consagradas em pesquisas dialetais:

- a. Estar dentro de duas faixas etárias, a primeira entre 25 e 45 anos, a segunda acima de 45 anos;
- b. Ser natural da região;
- c. Ter pais também nascidos na região;
- d. Ser analfabeto;
- e. Quase não ter viajado.” (RODRIGUES, 1974, p. 30)

Ao sujeito pesquisador interessa o sujeito falante que não conhece outras variantes da língua e tampouco tenha sido escolarizado. Por isso, é importante que esse sujeito seja natural da região e não tenha tido acesso a outros lugares. Do mesmo modo, é importante que esse sujeito não tenha tido acesso à escrita, pois, como sabemos, a distância entre a língua falada e a língua escrita é posta em causa quando o sujeito é alfabetizado. Essa primeira interpelação da norma pela gramática na escola faz com que o sujeito olhe para a sua própria língua a partir do olhar do outro. Desse modo, esses critérios são direcionados para aquele sujeito que ainda, possivelmente, não se deparou na relação da alteridade na e pela língua, pois os sujeitos que partilham desse mesmo falar se reconhecem entre si como uma espécie de espelho uns dos outros.

Logo, se fizermos uma relação comparativa entre os critérios dialetológicos que Ada Rodrigues definiu em sua pesquisa com os planos sociolinguísticos citados por Pagotto (2006), podemos dividi-los nas três dimensões: social, espacial e contextual – dimensões extralinguísticas que vão além da ordem do linguístico. Logo, na seguinte divisão, temos:

Plano social: (a) Estar dentro de duas faixas etárias, a primeira entre 25 e 45 anos, a segunda acima de 45 anos;

Plano espacial: (b) Ser natural da região;

Plano espacial e contextual: (c) Ter pais também nascidos na região;

Plano social: (d) Ser analfabeto;

Plano espacial: (e) Quase não ter viajado.

Todos esses critérios de alguma forma estão designando quem é o sujeito caipira, pois, como sabemos, “a designação é uma relação entre a linguagem e o mundo” (GUIMARÃES, 2018, p. 154). Se parafrasearmos os critérios dialetológicos de Ada Rodrigues a partir da perspectiva teórica que nos colocamos, poderíamos encaminhar os seguintes efeitos de sentidos que se manifestam em nosso gesto de interpretação:

Crítérios

- a. Estar dentro de duas faixas etárias, a primeira entre 25 e 45 anos, a segunda acima de 45 anos;
 - b. Ser natural da região;
 - c. Ter pais também nascidos na região;
 - d. Ser analfabeto;
 - e. Quase não ter viajado.
- (RODRIGUES, 1974, p. 30)

Paráfrase

1. O sujeito precisa ter entre 25 e 45 anos ou ter acima de 45 anos.
2. Ele deve ser natural da região e ter pais, também, nascidos ali.
3. Deve ser analfabeto e quase não ter viajado.

No quadro anterior, colocamos em paralelo os cinco critérios que serão tomados como nucleares e transformamo-los em três grandes enunciados parafraseando-os naquilo que apresentamos a seguir:

Enunciado 1 - o sujeito deveria ter entre 25 e 45 anos; possivelmente pelo modo de vida da região, para poder atender às necessidades do cuidado da plantação, dos animais etc., o sujeito deveria ser alguém com saúde. Ainda, por viver em um meio rural, provavelmente não teve a chance de ir à escola. Ademais, o sujeito acima de 45 anos talvez não trabalhasse mais devido a ter começado muito cedo na força de trabalho da família.

Enunciado 2 - o sujeito deveria ser natural da região; a localidade é um dos aspectos que auxilia na constituição desse sujeito designado como caipira, pois o falante nascido ali, falaria o “dialetto original”. A convivência da pessoa no lugar em que nasce é o que pode determinar a maneira de falar e, nesse caso, para o entendimento de Ada Rodrigues, é o que o determina.

Ter os pais nascidos na região; é importante ressaltarmos, no que tange ao sujeito referendado pela idade entre 25 e 45 anos, que seus pais seriam provavelmente de 20 a 30 anos mais velhos, bem como os fatos de que serem nascidos ali e terem contato somente com aquele lugar favoreceriam ainda mais a interpelação na fala dos filhos e da cultura local.

Enunciado 3 - Ser analfabeto; esse critério aponta explicitamente para a noção de escolaridade dos sujeitos, ou seja, a forma de falar

caipira estaria condicionada ao analfabetismo. Não é dessa época que o falar caipira estava ligado ao analfabetismo, podemos apontar esse critério também encontrado na obra de Amadeu Amaral, como lemos a seguir:

A instrução e a educação, hoje muito mais difundidas e mais exigentes, vão combatendo com êxito o velho caipirismo, e já não há nada tão comum como se verem rapazes e crianças cuja linguagem divirja profundamente da dos **pais analfabetos** (AMARAL, 1920, p. 42, grifos nossos).

Amaral afirma, portanto, que a instrução e educação combatem o “caipirismo” que advinha de pais “analfabetos”, reforçando a ligação entre caipira e analfabetismo, logo, vemos que a obra de Ada Rodrigues reitera alguns dos critérios de 54 anos atrás, já apontados na obra de Amadeu Amaral:

Sujeito caipira → Analfabeto → Falar caipira → Falta de alfabetização e instrução.

Quase não ter viajado; nos mostra que o sujeito identificado como caipira não poderia ter saído do seu lugar social e familiar, provavelmente por não ter tido contato com outras formas de falar, outra cultura que não fosse a sua. Esse critério reitera a importância de o sujeito caipira estar notavelmente condicionado ao lugar em que vive, ao meio em que trabalha e tem sua família. A relação com outras formas de falar não daria o resultado esperado para Ada Rodrigues e, nesse caso, o objetivo da pesquisadora era fazer um levantamento mais específico que pudesse encontrar falantes de acordo com seus critérios. O que vemos é que o designado como “caipira” é tratado quase que como uma “espécie” de falante ideal, sem nenhuma relação com outros falares ou com a escrita.

Vemos que a designação desse enunciado funciona como:

Sujeito caipira → Analfabeto → Falar caipira → Falta de alfabetização e instrução.



Sujeito caipira → Quase não viajou → Não saiu de seu espaço → Só conhece a sua cultura

É importante destacar aqui que estamos tomando tal designação como propõe Guimarães (2018, p. 151), ou seja, “uma palavra, uma expressão significam por estarem integradas em um enunciado que é enunciado por integrar-se a um texto”. Assim sendo, a designação de sujeito caipira está funcionando aqui por relacionar-se a condições de produção próprias aos critérios da pesquisadora. De tal forma, os sujeitos caipiras ocupam posições em determinado local e falam de uma determinada maneira a partir de um determinado espaço social e linguageiro. Do ponto de vista teórico, os sujeitos se constituem na/pela língua, de modo que o seu falar contribui também para a constituição da identificação e do imaginário do sujeito que a pesquisadora procurou descrever. Cabe destacar que o lugar também é constitutivo do sujeito e a designação “caipira” significa pela sua relação com outras palavras, pois:

Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série [...] de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação (PÉCHEUX, 2015, p. 53).

O que queremos mostrar é como essas memórias atadas a filiações históricas sobre o sujeito caipira constituem memórias sedimentadas pela maneira de falar e também pelo modo de vida dos indivíduos, aqueles que vivem na roça no dizer paulista daquela época. Por sua vez, o espaço tem uma importância considerável na constituição da formação imaginária do sujeito caipira. Inclusive, Rodrigues apresenta em sua obra uma série de fotografias de seus “informantes” inseridos em seu “lugar natural”, como podemos ver na figura a seguir:



Imagem 1: Informante com seus filhos e seu irmão (RODRIGUES, 1974, p. 217).

Outras designações devem ser consideradas como essas que se reportam aos critérios da pesquisa, sempre na seção *Introdução*, na obra de Rodrigues (1974). Vejamos:

R2. “escolheu-se no município uma zona considerada **subdesenvolvida**, nos distritos de Artêmis e Ibitiruna” (p. 23, grifos nossos).

R3. “procurou-se centralizar a pesquisa em Ibitiruna, nos bairros, **grupos rurais de vizinhança**, do Retiro, Ribeirão Claro...” (p. 24, grifos nossos).

R4. “mantém-se as habitações tradicionais de **pau-e-barro**, algumas substituídas por madeira, e só uma delas em alvenaria na parte da frente...” (p. 25, grifos nossos).

Logo, a dimensão espacial é designada como “rural”, visto que a:
Zona entrevistada na pesquisa é: **subdesenvolvida**,



Habitada por: **grupos rurais de vizinhança**



Em casas de: **pau-e-barro**.

Dadas as relações que são estabelecidas aqui e que nos ajudam a constituir um imaginário sobre caipira, trazemos as palavras de Orlandi

(2008, p. 68), em *Terra à Vista*, em seu estudo acerca dos discursos sobre o Brasil, o brasileiro e o índio pelo olhar do colonizador europeu: “Caboclo, no uso que se faz dessa palavra em grande parte do território nacional, **é o caipira**, o mineiro. É um termo que não se refere à raça (à história), mas à **vida rural (à geografia)**”. Dessa maneira, para a autora, o caipira está relacionado “à vida rural” com a geografia, com a localização, com o espaço que é constituinte dessa formação imaginária.

Mesmo o título da obra, “O Dialeto Caipira na Região de Piracicaba”, parece sugerir uma relação entre língua-sujeito-espaço, estabelecendo uma rede memória que nos remete a lugares, e lugares que nos ligam a sujeitos. O que queremos aqui é mostrar que o espaço é muito mais importante do que parece, pois, caso contrário, os critérios para identificar um caipira não estariam ligados ao lugar, mas sim à forma de viver e às formas de falar. Os critérios (b) ser natural da região, (c) ter pais também nascidos na região e (e) quase não ter viajado, apontam para um sujeito que terá sua identidade definida a partir do lugar, daquele local determinado pela pesquisa em questão, como veremos na próxima fotografia constante na obra de Ada Rodrigues. Vejamos:

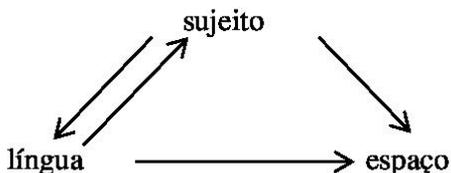


Imagem 2: Informante abanando o arroz nos fundos de sua casa. (RODRIGUES, 1974, p. 221).

Casa de madeira, pés na terra, animais em volta, plantação e trabalho rural. O espaço geográfico como um processo discursivo determinante

e que produz efeitos de sentidos imaginariamente do que seria o habitante local. Ali seria o lugar do caipira, ali na vida rural, no meio da plantação, com pouca (ou nenhuma) energia elétrica, com criação de animais. Não no espaço urbano, não no centro da cidade de Piracicaba, mas em um local de região periférica.

Dessa forma, na obra de Rodrigues (1974), assim como na obra de Amaral (1920), o sujeito caipira está intimamente ligado e relacionado ao espaço em que vive, e a língua está intimamente ligada ao sujeito e a este espaço. Poderíamos representar tal relação:



Para reiterar nossa questão, trazemos para colaborar a citação que Ada Rodrigues retoma de Antônio Cândido para sustentar o que ela vem afirmando na relação do sujeito ao espaço:

Mas além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o *sentimento de localidade* existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico (CÂNDIDO, 1964, p. 46; os grifos são do autor).

Como vimos, o que temos é uma repetição à exaustão sobre o espaço rural e a moradia do caipira, na qual esse espaço é praticamente um elemento vivo, tanto quanto seus moradores, esse sentimento de localidade que Cândido também se refere. É o que entendemos como constituinte do caipira, que é assegurado pela formação imaginária de ser caipira por (também) morar ali. E a designação, portanto, sustenta que caipira é sinônimo de:

Analfabeto → Tem poucas condições econômicas → Morador de zona rural

Portanto, o estudo desenvolvido por Ada Rodrigues é determinado historicamente quer pelas formulações da pesquisadora, quer pelos critérios por ela determinados. Nenhum dado vem aleatoriamente, nenhuma formulação está sem uma determinação ideológica. Produzir conhecimento será sempre a partir de um determinado ponto de vista e, neste caso, ele tem como base uma concepção naturalista de ciência cujos dados são obtidos por critérios aparentemente objetivos e sem uma intervenção subjetiva. O que buscamos problematizar neste artigo é que a produção do conhecimento é histórica e a pretensa objetividade da ciência é uma utopia perseguida por todos nós. A nosso ver, todo o ato interpretativo é um ato perseguido por uma vontade histórica, a partir de uma dada política científica, em um dado momento. No caso de Ada Rodrigues, é sua participação efetiva nas condições de produção do conhecimento sobre a língua em uma época que está sendo posta, é o real da língua e da história na história sobre a língua do e no Brasil.

5. Alguns apontamentos finais

Os estudos sobre o dialeto caipira, especialmente o de Amadeu Amaral e de Ada Rodrigues, contribuíram significativamente para a constituição de um imaginário sobre a língua e o sujeito, bem como para a relação de identidade e de identificação. É preciso ressaltar também que, desde os estudos de Amaral, a relação entre a língua e o sujeito que a fala vem sendo ressignificada, de modo que as formações imaginárias acerca do sujeito caipira também se modificaram, se movimentaram, se alteraram. O dialeto caipira não desapareceu, como supunha Amaral, e, mais do que isso: em 2016, o prefeito da cidade de Piracicaba (SP), Gabriel Ferrato dos Santos, assinou um decreto (Decreto n. 16.766, de 25 de agosto de 2016) que determina o “Dialeto e Sotaque Piracicabano” como Patrimônio Histórico e Cultural Imaterial da cidade de Piracicaba. Portanto, os estudos sobre o dialeto caipira contribuíram sobremaneira para o seu tombamento e a sua valorização enquanto parte da identidade do sujeito dessa região.

Neste artigo, consideramos que a exterioridade é também constitutiva do sujeito e este é determinado por aquilo que o constitui. Esse pressuposto discursivo nos permite afirmar que o espaço é um fator condicional e determinante do sujeito caipira, pois não é somente um elemento que o designa (há outros, como já mostramos nas análises), mas afirmamos que ele é um elo constituinte que auxilia na formação imaginária de quem é esse sujeito, e é isso que produz efeitos de sentidos, pois, como aprendemos com Orlandi (2008, p. 49), “o sentido não tem origem. Não há origem no sentido nem no sujeito (onto) nem na história (filo). O que há são efeitos de sentido”. O que buscamos problematizar, portanto, é um ponto de vista possível sobre o que é produzir ciência em um dado momento por certas condições de produção.

Referências bibliográficas

- AMARAL, A. (1976). *O Dialeto Caipira*, 3. Ed. São Paulo: HUCITEC-SCET-CEC.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA. [s/i] *Sócios Fundadores*. Disponível em: < <http://abralin.org/site/institucional/>>. Acesso em: 21 maio 2017.
- AUROUX, S. (2008). *A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências*. Campinas- SP: Editora RG.
- CÂMARA JR, M. (1968). *Dicionário de filologia e gramática: referente à língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: J.Ozon+ Editor.
- _____. (1976). “A Linguística Brasileira”. In: NARO, A. J. (org). *Tendências Atuais da Linguística e da Filologia no Brasil*, Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora. p. 45-64.
- CÂNDIDO, A. (1964). *Os Parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o Caipira Paulista e a Transformação dos seus Meios de Vida. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- CASTILHO, A. T. (1962). *Estudos linguísticos no Brasil*. Alfa, São Paulo, n. 2.
- GUIMARÃES, E. (2004). *História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores.
- _____. (2018). *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas- SP: Pontes.
- MEDEIROS, G; OLIVEIRA, M. (2012). *O Dialeto Caipira, de Amadeu Amaral Discurso Fundador e Acontecimento Discursivo*.

Disponível em: <<http://lp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/363.pdf>>.

Acesso em: 7 abr. 2018.

NOGUEIRA, O. (1992). “Homenagem: José Albertino Rosario Rodrigues”. In: *Revolução Social*, São Paulo, v. 1,2, n. 4, p. 199-203, 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v4n1-2/0103-2070-ts-04-02-0199.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

ORLANDI, E. P. (2008). *Terra à Vista: Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. 2. ed. Campinas- SP: Unicamp.

_____. (2009). *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*, 8. ed. Campinas: Pontes.

_____. (2007). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. ed. São Paulo: Pontes.

PAGOTTO, E. G. (2006). “Sociolinguística”. In: PFEIFFER, C. C. et al. *Linguagem, História e Conhecimento*. Campinas- SP: Pontes, cap. 4, p. 49-72.

PÊCHEUX, M. (1990). Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Bethania Mariani [et al]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, p. 61-105.

_____. (2015). *O Discurso: Estrutura ou acontecimento*. 7. ed. Campinas- SP: Pontes.

_____. (2014). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Campinas- SP: Editora da Unicamp.

RODRIGUES, A. N. (1974). *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo: Atica.

SÃO PAULO. (2016). *Decreto nº 16.766, de 25 de agosto de 2016*. Dispõe sobre o Registro do "Dialeto e Sotaque Piracicabano" como Patrimônio Histórico e Cultural Imaterial da cidade de Piracicaba. Piracicaba, 25 ago. 2016. Disponível em: <http://conselhos.piracicaba.sp.gov.br/codepac/relacao-de-bens-imateriais/>. Acesso em: 14 maio 2019.

SCHERER, A. E. (2008). “Dos domínios e das fronteiras: o lugar fora do lugar em outro e mesmo lugar”. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R (Org). *Análise do Discurso: Heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Editora Claraluz Ltda. p. 131-141.

SCHERER, A. E. (2005). “Linguística no sul: estudo das ideias e organização da memória”. In: GUIMARÃES, E.; BRUM DE PAULA, M. R. (Org). *Sentido e Memória*. Campinas: Pontes. p. 9-26.

SILVA, S. R. (2009). *Da abordagem estrutural ao gerativismo chomskyano*. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/download/7031/4970>>. Acesso em: 28 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). [s/i], 2014. *Biografia de Nelson Rossi*. Disponível em: <https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/biografia_n._rossi.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2018.

Palavras-chave: Espaço Rural, Sujeito Caipira, O Dialeto Caipira.
Keywords: Rural Area, Caipira Subject, The Caipira Dialect.

Notas

* Discente do curso de graduação em Letras-Português/Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista de Iniciação Científica PROBIC/FAPERGS, sob orientação da Professora Dra. Amanda Eloina Scherer, com apoio de agências de fomento de pesquisa PIBIC/CNPQ (vigente de 01/08/2016 a 31/07/2017), FIPE/UFSM (vigente de 01/08/2017 a 31/12/2017), FAPERGS (em vigência).

** Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras-Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Santa Maria, sob supervisão da Professora Dra. Amanda Eloina Scherer, e co-orientadora do referido estudo.

¹ Usaremos aspas apenas quando nos referirmos à obra “O Dialeto Caipira” e não ao termo/conceito.